



Relatório da participação da Assembleia da República na Semana Parlamentar Europeia 2014

(Parlamento Europeu, Bruxelas, 20 a 22 de janeiro de 2014)

Delegação da Assembleia da República :

- Deputado Paulo MOTA PINTO (PSD), *Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE)*;
- Deputado José Manuel CANAVARRO (PSD), *Presidente da Comissão de Segurança Social e Trabalho (CSST)*;
- Deputado Eduardo CABRITA (PS), *Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP)*;
- Deputado Nuno MATIAS (PSD), *membro da CAE*;
- Deputado João GALAMBA (PS), *membro da COFAP*;
- Deputada Mariana MORTÁGUA (BE), *membro da CSST*.

Apoio Técnico:

- Bruno Dias Pinheiro, *Representante Permanente da AR junto da União Europeia*
- Joana Figueiredo, *Assessora Parlamentar da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública*

A [Comissão de Orçamentos](#) (BUDG), a [Comissão de Assuntos Económicos e Monetários](#) (ECON) e a [Comissão de Emprego e Assuntos Sociais](#) (EMPL) do Parlamento Europeu organizaram a **Semana Parlamentar Europeia 2014** (SPE), que decorreu entre 20 e 22 de janeiro, no Parlamento Europeu (PE), em Bruxelas.

No âmbito da SPE, em co-organização e co-presidência do Parlamento Grego e do Parlamento Europeu, decorreu igualmente a **Conferência Interparlamentar sobre Governação Económica da União**, no âmbito do artigo 13.º do Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na União Económica e Monetária (e na sequência da Conferência inaugural decorrida em Vilnius, Lituânia, em outubro de 2013).

O programa da SPE (incluindo a agenda as reuniões interparlamentares das Comissões BUDG, ECON e EMPL), a lista de participantes, os discursos e apresentações, bem como diversa documentação de suporte e outras informações de enquadramento podem ser consultados no sítio internet da SPE 2014:

<http://www.europarl.europa.eu/webnp/cms/pid/1975>



O registo vídeo e áudio da reunião está disponível em:

- **20 de janeiro, sessão plenária (abertura da SPE e Conferência Interparlamentar)**

www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140120-1600-SPECIAL-UNKN

- **21 de janeiro, sessões plenárias**

Manhã: www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140121-0930-SPECIAL-UNKN

Tarde: www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140121-1500-SPECIAL-UNKN

- **22 de janeiro**

Comissão BUDG:

www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140122-0900-SPECIAL-UNKN2

Comissão EMPL:

www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140122-0900-SPECIAL-UNKN4

Comissão ECON:

www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140122-0900-SPECIAL-UNKN8

Sessão plenária:

www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/other-events/video?event=20140122-1130-SPECIAL-UNKN7

1. Sessão plenária de Abertura

Na sessão plenária de abertura, usaram da palavra o Presidente do Parlamento Europeu, Martin SCHULZ, o Presidente do Parlamento Grego, Vangelis MEIMARAKIS, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel BARROSO e o Presidente do Conselho Europeu, Herman VAN ROMPUY¹.

Martin SCHULZ deu as boas-vindas aos participantes e sublinhou a importância da cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais. Recordou os trabalhos em curso, nomeadamente no âmbito do aprofundamento da União Económica e Monetária (UEM) e do debate sobre a legitimidade democrática, considerando fulcral o envolvimento do Parlamento Europeu nos processos de decisão, e obstando a mecanismos intergovernamentais de decisão (explicitando, neste caso, os mecanismos de resolução único e da união bancária). Concluiu, defendendo que um efeito colateral da crise foi o de um maior envolvimento entre países, sendo o parlamentarismo um instrumento favorável para esse feito.

De seguida, Vangelis MEIMARAKIS declarou oficialmente aberta a dimensão parlamentar da presidência grega da UE, reforçando a importância da consulta e participação dos Parlamentos Nacionais, nomeadamente na dimensão económica, e considerando benéfica a cooperação entre estes e o PE, nomeadamente no contexto das prioridades definidas pela Análise Anual do Crescimento, em discussão. Recordou, ainda, os princípios fundadores da CEE, da coesão e solidariedade.

¹ Os discursos, quando disponíveis, encontram-se no sítio internet da SPE 2014, anteriormente referido.

Posteriormente, usou da palavra José Manuel BARROSO, sublinhando que os desafios da UE já eram consideráveis antes da crise, tendo esta contribuído para avançar em alguns dossiês, nomeadamente em matéria de governação europeia; criação de novos instrumentos de prevenção da crise e a melhoria das condições de mercado. Para tal, recordou o *six-pack* e o *two-pack*, bem como a construção da União Bancária, com o objetivo de reduzir as disparidades entre os membros da união Económica e Monetária, tendo em consideração a forte interdependência entre os Estados-Membros. Sublinhou, ainda, a concretização de reformas para reduzir o desemprego e promover o crescimento económico, sem os quais não é possível dar a crise por terminada. Sublinhou, por fim, a necessidade de melhorar a prestação de contas a todos os níveis e promover a dimensão política da UE.

Por fim, interveio Herman VAN ROMPUY, que reiterou a intervenção anterior em matéria interdependência, sobretudo no contexto da UEM, sublinhando a evolução registada em matéria de regulação integrada e do reforço da união económica, dando como exemplo a união bancária. De seguida, instou os Parlamentos Nacionais a avançarem com propostas para o reforço da legitimidade democrática da UE, bem como da sua prestação de contas.

Em sede de debate, intervieram diversos Deputados dos Parlamentos Nacionais e Deputados ao Parlamento Europeu. Nesta sede, foram discutidas, entre outras, as seguintes questões:

- Os fundamentos dos Tratados, nomeadamente em matéria de modelo social europeu, de promoção da coesão e da solidariedade, sem os quais não é possível uma recuperação plena da crise;
- Os trabalhos desenvolvidos em sede da primeira conferência no âmbito do artigo 13.º do Tratado Orçamental (Lituânia, outubro de 2013) e o seguimento a dar-lhes, nomeadamente no âmbito de um projeto de regulamento e das possíveis conclusões a produzir em sede de cada Conferência;
- O papel dos Parlamentos Nacionais e das instituições europeias na promoção da legitimidade do projeto europeu e da confiança dos cidadãos, a par da promoção da transparência e da responsabilização das instituições, nacionais e europeias;
- A prevalência do método intergovernamental face ao método comunitário;
- O ponto de situação da união bancária e as dificuldades de obtenção de um acordo político;
- A interligação necessária entre as políticas da União e o seu financiamento em sede de Orçamento europeu.

2. Conferência Interparlamentar sobre Governação Económica da UE (Artigo 13.º do TCEG)

No âmbito dos trabalhos na 2.ª Conferência Interparlamentar sobre Governação Económica da UE, no âmbito do artigo 13.º do Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na União Económica e Monetária, usou da palavra, no primeiro painel, Pier Carlo PADOAN, sobre “*Addressing macroeconomic imbalances in Europe*”, no âmbito da qual sublinhou a evolução dos principais agregados macroeconómicos na UE, nomeadamente sobre crescimento económico, investimento, concessão de crédito ao setor não financeiro e taxa de desemprego, sublinhando os desequilíbrios macroeconómicos verificados e as reformas

estruturais realizadas e em curso. Abriu-se, de seguida, um debate, no âmbito do qual intervieram diversos participantes, nomeadamente a Deputada ao Parlamento Europeu Elisa FERREIRA, que sublinhou que os progressos não devem ser alcançados a qualquer custo, considerando que os contribuintes deverão ser os últimos como fonte de recurso.

A segunda sessão plenária da Conferência referente ao Artigo 13.º foi dedicada à “The democratic legitimacy of economic adjustment programmes”, tendo usado da palavra, em primeiro lugar, Othmar KARAS e Liêm HOANG NGOC, co-relatores do Parlamento Europeu sobre “Evaluation of the role and operations of the Troika (ECB, Commission and IMF) with regard to the euro área programme countries”.

Othmar KARAS sublinhou a falta de preparação da UE para enfrentar a crise e o modelo intergovernamental adotado (ao invés do método comunitário), não estando ainda completa a construção de diversos instrumentos para evitar uma crise desta natureza. Sublinhou, posteriormente, os avanços já verificados: a criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade, a maior participação do BCE, a construção – em curso – da união bancária e a recuperação da trajetória de crescimento.

Por seu turno, Liêm HOANG NGOC sublinhou as dúvidas sobre a legitimidade da Troika, bem como as recomendações, num contexto de efeitos contágio entre os países da periferia, de diferentes posições entre os membros da Troika, nomeadamente quanto ao multiplicador orçamental e a subestimação dos seus efeitos.

Usou, de seguida, da palavra Norbert LAMMERT, que considerou existir um processo de legitimação democrática – recordando que em diversos países há obrigatoriedade de voto sobre estas matérias – mas considerando ser outra questão o facto de os programas terem ou não cumprido os seus objetivos. Sublinhou que os Parlamentos Nacionais deveriam ser crescentemente envolvidos, quer no processo de recomendações quer no próprio escrutínio da sua execução.

Na sua intervenção, Dominic HANNIGAN deu conta do processo de ajustamento irlandês e do envolvimento do Parlamento irlandês, no qual foi necessária uma votação mas sem grande envolvimento adicional dos parlamentares.

Abriu-se, de seguida, um período de debate, no âmbito do qual intervieram diversos Deputados dos Parlamentos Nacionais e ao Parlamento Europeu. Usou da palavra o Senhor Deputado Eduardo CABRITA, que recordou os valores da solidariedade, democracia e desenvolvimento que Portugal sempre associou à UE no contexto da sua participação no projeto europeu, considerando desprovidos de legitimidade os programas de ajustamento, no âmbito dos quais os resultados são avaliados pelos mercados. Deu conta do impacto económico e social muito grave, em Portugal, do PAEF, mesmo após as melhorias verificadas em termos de indicadores de mercados.

Usou, igualmente, da palavra a Senhora Deputada Mariana MORTÁGUA, que sublinhou a falta de legitimidade da Troika – não eleita – nem sufragada pelos Parlamentos Nacionais. Reiterou, igualmente, os efeitos socioeconómicos nefastos da implementação, como a emigração e o desemprego.

Interveio, ainda, a Deputada ao Parlamento Europeu Elisa FERREIRA, que sublinhou a inexistência de mecanismos adequados para resolver a crise.



Na terceira sessão plenária, Edward SCICLUNA efetuou uma alocução subordinada ao tema “Promoting growth and jobs in Europe through financing the real economy”, que deu conta do papel do BEI no financiamento e na concessão de crédito às empresas, com vista a assegurar a adequada liquidez, após o que se seguiu um período de debate com os participantes na Conferência.

Na quarta e última sessão plenária da Conferência, efetuou uma intervenção o Vice-Presidente da Comissão Europeia Olli REHN, que recordou a urgência dos desafios orçamentais em matéria de consolidação estrutural das finanças públicas, sublinhando os impactos das medidas de consolidação em termos de crescimento de médio prazo e redução dos défices e dos rácios de dívida em sede de correção dos défices excessivos. Também após esta intervenção seguiu-se um período de debate com os Deputados dos Parlamentos Nacionais e ao Parlamento Europeu.

Nesta sede, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo MOTA PINTO, que recordou os problemas detetados no desenho do PAEF, com metas irreais e subestimação das consequências sociais de uma política de austeridade, num contexto de negociação em período eleitoral e de fragmentação dos mercados financeiros. Considerou, ainda, a necessidade de promover uma maior participação dos Parlamentos Nacionais e o papel a desempenhar pela Comissão Europeia e outras instituições, na promoção de consensos políticos e com caráter plurianual.

Interveio, também, a Deputada ao Parlamento Europeu ELISA FERREIRA, que questionou o Comissário quanto à mutualização da dívida, ao modo de comercialização da dívida pública e a venda de ativos estratégicos (até então preservados sob a forma de *golden shares*).

Usou, ainda, da palavra o Senhor Deputado Eduardo CABRITA, que recordou o bom desempenho económico da economia portuguesa previamente à crise, e que apesar da melhoria do desempenho dos mercados monetários, a economia real continua com um desempenho muito fraco.

Interveio, igualmente, o Senhor Deputado João GALAMBA, que recordou os desempenhos de Portugal em sede do procedimento de défice excessivo, sublinhando o impacto do PAEF na redução da procura interna, nomeadamente em sede de investimento.

3. Semestre Europeu: ciclos de 2013 e 2014

No âmbito do Semestre Europeu e, em particular, da Análise Anual do Crescimento apresentada pela Comissão Europeia, efetuaram alocuções iniciais os Comissários Olli REHN e László ANDOR, no âmbito das quais sublinharam as principais dimensões da Comunicação da Comissão Europeia em termos económicos, monetários, sociais e laborais, bem como as principais etapas a percorrer pela União Europeia no âmbito da promoção de uma trajetória de crescimento e emprego.

Em sede de debate, intervieram diversos Deputados dos Parlamentos Nacionais e ao Parlamento Europeu, nomeadamente os relatores à AAC.

4. Reuniões interparlamentares no âmbito do Semestre Europeu

No terceiro dia de trabalhos, decorreram três reuniões interparlamentares em simultâneo:

- A Comissão dos Orçamentos (BUDG) analisou a relação dos fundos estruturais e de coesão com o Semestre Europeu, nomeadamente algumas práticas e lições para os investimentos futuros;
- A Comissão do Emprego e Assuntos Sociais (EMPL) analisou a dimensão da União Económica e Monetária, bem como os aspetos do emprego no contexto da AAC, incluindo o FSE, o *Youth Guarantee* e as reformas dos sistemas de pensões.
- A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) analisou os desenvolvimentos de um regime de IVA mais eficiente, bem como a troca de práticas sobre a consolidação orçamental e as reformas estruturais.

5. Sessão plenária de encerramento

Na plenária de encerramento, os Presidentes das Comissões BUDG, EMPL e ECON deram conta, sucintamente, dos trabalhos desenvolvidos nas respetivas reuniões interparlamentares.

A Presidente da Comissão ECON, sobre o sistema de IVA, deu conta do debate sobre as perdas de receitas fiscais decorrentes, sobretudo, de fraude e evasão fiscais, mas também da dificuldade de alterar, celeremente, o regime de IVA. Deu conta da necessidade de, em sede de trabalhos futuros, promover a maior troca de informações entre EM e aprofundar o mecanismo de autoliquidação de IVA. Sobre o debate em matéria de reformas estruturais, foi consensual a tónica de que a consolidação deverá contribuir para conferir sustentabilidade ao processo de crescimento económico.

Por seu turno, a Presidente da Comissão EMPL sublinhou o debate desenvolvido sobre a dimensão social da União Económica e Monetária, nomeadamente quanto aos desequilíbrios sociais decorrentes da crise e o papel dos estabilizadores automáticos, bem como os novos instrumentos, como a garantia jovem, de ação ao nível europeu. Sublinhou as preocupações suscitadas quanto às disparidades de crescimento entre Estados-Membros e entre regiões, bem como à destruição de capital humano em nome da estabilidade orçamental.

Por mim, o Presidente da Comissão BUDG deu conta do debate em torno da política de coesão como um instrumento de reforço do crescimento económico, orientada para a prossecução de objetivos estratégicos, tendo ainda sido analisado o problema das dificuldades de acesso ao crédito, a escassez da sua concessão e as consequências daí resultantes, em particular quanto às PME.

Em sede de alocações finais, começou por usar da palavra Yannis STOURNARAS, Presidente do ECOFIN, que sublinhou a necessidade de reforço da legitimidade democrática no processo de tomada de decisões – reiterando, a este propósito, o aumento da cooperação entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais. Manifestou, igualmente, preocupação com os impactos sociais da crise, considerando que todos os casos de desequilíbrios devem ser analisados, quer em termos de deficit, quer de superavit. Sublinhou, ainda, a necessidade de centrar as políticas públicas na promoção da coesão e no relançamento das empresas



(complementando a consolidação orçamental), através da promoção do acesso das PME ao financiamento como forma de criar crescimento e emprego.

Efetuaram saudações finais Othmar KARAS e Ioannis TRAGAKIS, após o que os trabalhos foram encerrados.

Assembleia da República, 28 de fevereiro de 2014